

# Sumário

Nota prévia à 3 <sup>a</sup> edição .....	15
Nota prévia à 2 <sup>a</sup> edição .....	17
<b>PRIMEIRA PARTE: Teoria Geral dos Recursos Cíveis</b>	
1. Atos do Juiz .....	19
1.1. Os pronunciamentos do juiz e o art. 162, CPC .....	19
1.2. Requisitos essenciais da sentença .....	24
1.3. Sentenças definitivas e meramente terminativas .....	26
1.4. Classificação das sentenças .....	27
1.5. Vícios da sentença .....	29
2. Coisa Julgada .....	31
2.1. Fundamentos do instituto .....	31
2.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material .....	32
2.3. Limites objetivos e subjetivos .....	33
2.4. Limites temporais .....	34
2.5. Preclusão expansiva do julgado (art. 474, CPC) .....	37
2.6. Relativização da coisa julgada .....	39
3. O Recurso dentro do sistema constitucional brasileiro: conceito e compreensão .....	42
3.1. A legitimação do provimento estatal através de seu controle .....	42
3.2. Ideia de recurso e sua distinção frente a outros meios de controle das decisões .....	46
3.3. Classificação dos recursos .....	48
3.4. Direito recursal intertemporal .....	49
4. Princípios dos Recursos .....	53
4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	54
4.2. Princípio da taxatividade .....	59
4.3. Princípio da unirrecorribilidade .....	61
4.4. Princípio da fungibilidade .....	63
4.5. Princípio da motivação .....	67
4.6. Princípio da voluntariedade .....	70
4.7. Princípio da consumação .....	73
4.8. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	75
5. Dos Efeitos dos Recursos .....	77
5.1. Abertura do procedimento recursal e o retardamento das preclusões .....	77
5.2. Efeito devolutivo .....	78
5.3. Efeito suspensivo .....	80
5.3.1. Caracterização .....	80
5.3.2. Requisitos e juízo de conveniência .....	81
5.3.3. O efeito ativo .....	82
5.4. A antecipação da tutela recursal .....	83
5.5. Efeito expansivo .....	85
5.6. Efeito translativo .....	87
5.7. Efeito substitutivo .....	88

<b>6. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos</b> .....	91
6.1. Questão preliminar: juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	91
6.2. Cabimento .....	92
6.3. Legitimidade .....	93
6.4. Interesse .....	95
6.5. Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos .....	97
6.5.1. Renúncia .....	97
6.5.2. Aquiescência .....	98
6.5.3. Desistência .....	99
6.5.4. Adimplemento de multas .....	99
6.6. Tempestividade .....	100
6.6.1. Intimação de atos processuais via internet .....	101
6.6.2. Aplicação do art. 191, CPC .....	103
6.6.3. A polêmica tese da intempestividade do recurso prematuro .....	105
6.6.4. O prazo dobrado do Ministério Público e da Fazenda Pública consoante o sentido normativo do art. 188, CPC .....	108
6.6.5. Intimação do Ministério Público .....	110
6.6.6. O cômputo da tempestividade quando da interposição via fac-símile .....	112
6.6.7. A invalidade da intimação na pessoa do estagiário .....	114
6.7. Adequada motivação .....	115
6.8. Preparo .....	117
6.9. Regularidade formal .....	120

## **SEGUNDA PARTE: Recursos Ordinários**

<b>1. Apelação</b> .....	123
1.1. Cabimento .....	123
1.2. Procedimento em primeiro grau de jurisdição .....	128
1.3. Inadmissibilidade do recurso frente às sentenças em conformidade com enunciados sumulares do STJ e do STF (art. 518, § 1º, CPC) .....	130
1.4. Particularidades da apelação contra a sentença liminar .....	133
1.4.1. Indeferimento da petição inicial .....	133
1.4.2. Julgamento liminar de improcedência (art. 285-A) .....	134
1.5. Efeitos da apelação .....	139
1.5.1. O efeito suspensivo entre o processo civil individual e coletivo .....	139
1.5.2. Tendência quanto à manutenção do efeito suspensivo como regra geral .....	144
1.5.3. Efeito devolutivo do recurso .....	146
1.6. Do procedimento perante o segundo grau de jurisdição .....	148
1.6.1. Poderes do relator no julgamento do recurso .....	148
1.6.2. Particularidades quanto ao adimplemento da multa pela Fazenda Pública .....	151
1.6.3. Da aplicação do § 3º do art. 515 .....	153
1.6.4. Da sanação de nulidades através de diligências prévias ao julgamento .....	157
1.7. O voto à inovação em sede recursal .....	158
<b>2. Agravo</b> .....	160
2.1. A recorribilidade das interlocutórias .....	160
2.2. Agravo via instrumento .....	163
2.2.1. Dos documentos que devem acompanhar o agravo .....	163
2.2.2. Poderes do relator .....	167
2.2.3. Da irrecorribilidade da decisão que converte o instrumento em retido ou que atribui efeito suspensivo e antecipa tutela recursal (art. 527, parágrafo único, CPC) .....	169
2.2.4. Da avaliação do risco de dano grave e de difícil reparação .....	172

2.2.5. Juízo de retratação e a exegese do art. 526, CPC .....	173
2.2.6. A interposição via correio (art. 525, § 2º, CPC) .....	175
2.3. Da constitucionalidade do provimento monocrático do agravo sem a oitiva do agravado .....	176
2.4. Procedimento do agravo retido .....	178
2.5. O agravo no “projeto novo CPC” .....	182
3. Embargos Infringentes .....	184
3.1. Do cabimento e pressupostos .....	184
3.2. Extensão do efeito devolutivo .....	186
3.3. Do cabimento dos embargos infringentes diante da aplicação do art. 515, § 3º, do CPC .....	187
3.4. Do procedimento .....	190
3.5. Sobrerestamento do prazo para o especial e extraordinário .....	191
3.6. Cabimento dos infringentes contra acórdãos proferidos em agravo de instrumento .....	192
3.7. Não cabimento dos embargos infringentes em sede de reexame .....	194
3.8. A exigência do preparo e a forma de sua comprovação .....	194
4. Embargos de declaração .....	196
4.1. Natureza e finalidade dos embargos de declaração .....	196
4.2. Cabimento contra sentenças, interlocutórias e monocráticas? .....	198
4.3. Os três fundamentos do Código de Processo Civil .....	199
4.4. Pedido de reconsideração .....	201
4.5. Procedimento .....	202
4.6. Efeito suspensivo .....	203
4.7. Efeito interruptivo para a interposição de futuro recurso .....	204
4.8. Coibição do intuito protelatório através da aplicação de multa .....	206
4.9. Embargos prequestionadores .....	207
4.10. Efeitos modificativos e a garantia do contraditório .....	209

### **TERCEIRA PARTE - Dos Recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça**

1. Sobre a Nomenclatura “Recursos Extraordinários” .....	213
2. Dos Pressupostos Específicos de Admissibilidade .....	216
2.1. Prequestionamento .....	216
2.2. Causa definitivamente julgada .....	218
2.3. Uma questão polêmica: a ilegal exigência de ratificação adotada pelas Cortes Superiores .....	219
3. Características Comuns .....	223
3.1. Procedimento: subida imediata .....	223
3.2. Processamento do recurso na forma retida .....	227
3.3. Ausência de efeito suspensivo .....	228
3.4. Extensão da Súmula 735-STF e a recorribilidade das liminares .....	230
3.5. Vedações ao simples reexame de provas e ao revolvimento dos fatos .....	232
4. Instrumentos Necessários ao Manejo dos Recursos Extraordinários .....	235
5. Recurso Extraordinário .....	236
5.1. Do Supremo Tribunal Federal .....	236
5.1.1. Da criação do Supremo .....	236
5.1.2. O Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988 .....	238
5.2. A supremacia da Constituição e o recurso extraordinário .....	240
5.3. Cabimento do Recurso Extraordinário .....	242
5.3.1. Contrariedade a dispositivo da Constituição .....	242
5.3.2. Declaração de constitucionalidade de tratado ou lei federal .....	243

5.3.3. Declaração de validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição .....	244
5.3.4. Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal .....	245
5.4. Repercussão geral da questão ventilada .....	247
6. Recurso Especial .....	253
6.1. A criação do “Tribunal da Cidadania” .....	253
6.2. Recurso de fundamentação vinculada. Hipóteses de cabimento .....	255
6.2.1. Negativa de vigência ou contrariedade a tratado ou lei federal .....	256
6.2.2. Prevalência da lei federal frente a ato de governo local .....	258
6.2.3. Divergência jurisprudencial .....	259
6.3. Procedimento para julgamento do Recurso Especial repetitivo (art. 543-C, CPC) ..	261
7. Agravo aos Tribunais Superiores (art. 544, CPC) .....	264
7.1. O agravo de instrumento no sistema processual do final do século XX .....	264
7.2. O agravo na nova lei: uma apresentação .....	268
7.3. Duas questões polêmicas .....	269
7.3.1 Aplicação analógica do art. 544, CPC, aos feitos de natureza criminal, trabalhista, eleitoral e militar? .....	269
7.3.2. Incidência da lei nova quanto aos agravos pendentes? .....	269
8. Embargos de Divergência .....	271
8.1. Previsão legal e finalidade .....	271
8.2. Pressupostos específicos de admissibilidade .....	272
8.3. Cabimento dos embargos contra decisões proferidas em agravo interno .....	274
8.4. Procedimento .....	278
8.4.1. Do procedimento perante o Superior Tribunal de Justiça .....	278
8.4.2. Do procedimento perante o Supremo Tribunal Federal .....	278
8.5. Ausência de efeito suspensivo .....	279
9. Recurso Ordinário .....	280

#### **QUARTA PARTE: Institutos Afins**

1. Reexame Necessário .....	283
1.1. Origem e Natureza jurídica .....	283
1.2. Argumentos favoráveis ao reexame .....	285
1.3. Argumentos contrários ao reexame .....	285
1.4. Previsão atual do reexame no direito brasileiro .....	287
1.5. Partes beneficiadas pelo reexame .....	288
1.6. O Reexame no “novo CPC” .....	290
1.7. Reexame em mandado de segurança e na ação popular .....	291
1.8. Procedimento .....	292
1.9. Reexame necessário e a vedação à <i>reformatio in pejus</i> .....	293
1.10. Reexame necessário das sentenças ilíquidas .....	294
1.11. O cabimento do recurso especial e/ou extraordinário quanto ao acórdão que reexamina a sentença .....	295
1.12. O não cabimento de embargos infringentes contra as decisões proferidas em reexame .....	296
2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência .....	298
2.1. Da valorização da norma jurisprudencial .....	298
2.2. Da uniformização de jurisprudência no Código de Processo Civil .....	300
2.2.1. Limite da discussão: matéria de direito .....	300
2.2.2. Legitimidade para a suscitação .....	301
2.2.3. Princípio da motivação .....	301
2.3. Momento adequado para propositura .....	302
2.4. Procedimento .....	303

2.5. Particularidades no procedimento da uniformização .....	304
2.5.1. Obrigatoriedade ou conveniência da suscitação? .....	304
2.5.2. Extensão do incidente às ações de competência originária das Cortes .....	305
2.5.3. A prevenção da infringência segundo o art. 555, § 1º, CPC .....	305
3. Da Declaração Incidental de Inconstitucionalidade .....	307
3.1. A supremacia da Constituição e a declaração incidental de inconstitucionalidade .....	307
3.2. Previsão do incidente no Código de Processo Civil .....	308
3.3. Efetivação do contraditório constitucional e a admissão do <i>amicus curiae</i> .....	311
4. Recurso Adesivo .....	313
4.1. A sucumbência recíproca e a adesão recursal .....	313
4.2. Limites do cabimento do adesivo no Código de Processo Civil .....	316
4.3. A não exigência de identidade temática .....	316
4.4. O preparo autônomo do recurso adesivo .....	318
4.5. Procedimento do adesivo .....	319
4.6. Recurso adesivo condicionado .....	320
4.7. Admissibilidade do recurso adesivo no processo trabalhista .....	321
4.8. Admissibilidade do recurso adesivo no Juizado Especial Cível .....	321
<b>ANEXO I: Principais Enunciados da Súmula de Jurisprudência Dominante do STF e do STJ .....</b>	<b>323</b>
1. Enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) .....	323
2. Enunciados da Súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	326
3. Enunciados da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) .....	328
<b>ANEXO II: Artigos do novo CPC referentes aos recursos cíveis .....</b>	<b>333</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>347</b>